

DOCTRINA

ARTIGOS

Sigilo fiscal no âmbito da Lei de Repatriação (Lei nº 13.254/2016)		
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho		9
1	Introdução	9
2	A tese da inconstitucionalidade dos §§1º e 2º do art. 7º da Lei nº 13.254/2016 ..	10
3	A antítese acerca da constitucionalidade dos §§1º e 2º do art. 7º da Lei nº 13.254/2016	12
4	Conclusão	26
Análise das alterações nas alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis à luz da legalidade e da segurança jurídica		
Igor Mauler Santiago		29
1	Resenha legislativa	29
2	Análise quanto à legalidade	31
3	Análise quanto à anterioridade	34
4	Conclusão	35
As limitações impostas para a concessão de medida liminar em matéria tributária: análise constitucional das alterações promovidas pela “nova” Lei do Mandado de Segurança		
Raphael Silva Rodrigues, Thiago Penido Martins		37
1	Introdução: uma abordagem geral do tema	38
2	Premissas conceituais	41
2.1	Princípios constitucionais	41
2.1.1	Princípio da divisão dos poderes	43
2.1.2	Princípio da inafastabilidade da jurisdição: acesso à justiça	45
2.1.3	Princípio da efetividade da tutela jurisdicional	47
2.2	Mandado de segurança como ação constitucional	48
2.3	Aspectos gerais da medida liminar em sede de mandado de segurança	52
3	Limitações impostas pela Lei nº 12.016/09	55
3.1	A impossibilidade de concessão de medida liminar que tenha por objeto a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior	56
3.2	Caução, fiança ou depósito como condição para concessão de liminar em mandado de segurança	61
4	Síntese conclusiva	65
Aspectos controvertidos do cálculo de juros e correção monetária do crédito e do indébito tributário		
Jamil Abid Junior		71
1	Introdução	71
2	Acréscimos legais do crédito tributário e o art. 161 do CTN	73
2.1	Inconstitucionalidade dos juros de mora cobrados pelo Estado de São Paulo	74

3	Acréscimos legais do indébito tributário e o art. 167, parágrafo único, do CTN	78
3.1	Discussões em torno da inconstitucionalidade da TR na correção do indébito tributário e a Tabela Lei Federal nº 11.960/09 – modulada do TJSP	81
4	Conclusões	90

Análise econômica da imunidade tributária do *e-book*

Eugênio Pacelli de Moraes Bomtempo	93	
1	Introdução	93
2	Imunidade tributária para o livro eletrônico	94
3	A eficiência econômica reconhecida como princípio jurídico	103
4	A imunidade tributária dos <i>e-books</i> será eficiente até que ponto?	119
5	Conclusão	128

Competência constitucional para tributar o *trust*

Clara Gomes Moreira	137	
1	Introdução	137
1.1	Justificativa e importância teórica e prática	138
1.2	Método e plano de trabalho	140
2	Significação do <i>trust</i>	140
2.1	Origens históricas do <i>trust</i>	140
2.2	Conceito do <i>trust</i>	141
2.3	Natureza jurídica do <i>trust</i>	141
2.4	Características essenciais do <i>trust</i>	142
2.5	Tipos de <i>trust</i>	143
2.6	Distinção entre o <i>trust</i> e os institutos jurídicos similares do direito brasileiro	144
3	<i>Trust</i> no direito brasileiro	147
3.1	Compatibilidade do <i>trust</i> com o direito brasileiro	147
3.1.1	Obrigação constituída no Brasil	148
3.1.1.1	Teoria das causas e o planejamento tributário	151
3.1.1.2	Obrigação constituída no estrangeiro	154
3.1.1.3	Na extinção do <i>trust</i>	157
3.2	Tratamento fiscal do <i>trust</i>	154
3.2.1	Imposto sobre a renda e o <i>trust</i>	154
3.2.1.1	Na constituição do <i>trust</i>	155
3.2.1.2	Na vigência do <i>trust</i>	157
3.2.1.3	Na extinção do <i>trust</i>	157
3.2.2	Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e a doação, e o <i>trust</i>	158
4	Conclusão	160

A teoria da *actio nata* e o redirecionamento da execução fiscal com base na dissolução irregular da sociedade limitada

Rodolfo Botelho Cursino	163	
1	Introdução	163
2	A responsabilidade tributária e a dissolução irregular da sociedade limitada	164
3	O prazo prescricional para o redirecionamento da execução fiscal com base na dissolução irregular	169
4	Considerações finais	173

DOCTRINA
PARECER

Imunidade tributária de contribuições sociais (art. 195, §7º, da CF). Necessidade de lei complementar (art. 146, II, da CF). Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.028, 2.036, 2.228 e 2.621 julgadas em conjunto com o RE nº 566.622, em tema de repercussão geral. Conteúdo e alcance do julgamento de procedência – consulta

Ives Gandra da Silva Martins, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza,

Marilene Talarico Martins Rodrigues..... 179